

Economistas: pessimismo.

O controle do déficit público passa por decisões políticas que dificilmente serão adotadas antes da aprovação da nova Constituição, na opinião de economistas que participaram, em São Paulo, da jornada de encerramento do IV Encontro Anual de Executivos Financeiros. Além disso, advertiram que o governo precisa tomar cuidado com a forma de executar o descongelamento de preços, para evitar o reaparecimento de um processo inflacionário agudo.

No entanto, não faltou quem criticasse a excessiva carga tributária a que as empresas estão submetidas devido às contínuas modificações na legislação, seja alterando a alíquota do imposto ou mudando a base de cálculo. Para Antoninho Marmo Trevisan, da Trevisan e Associados, o governo vem taxando cada vez mais as empresas, "na esperança de que isso venha a reduzir o déficit público, porém não é esse o caminho. Não é com o aumento da carga tributária que o déficit será resolvido".

Para a economia brasileira, afirma o ex-assessor econômico do governo, Luís Paulo Rosemberg, a saída está no planejamento a longo prazo, porque a curto a situação está difícil, "já que estamos nos defrontando com problemas acumulados de muitos anos". O economista Celso Martone entende que o governo está empenhado muito mais num objetivo político que econômico, ou seja, "levar a bom termo a Constituinte". Roberto Macedo, diretor da Faculdade de Economia da USP, considera não haver clima nem vontade política para que o déficit público seja controlado.